

Democracia no Mundo Árabe

*Maria do Céu Ferreira Pinto**

*Professora Auxiliar no Departamento de Ciência Política e
Relações Internacionais da Universidade do Minho*

* Autora, entre outros, de: **The United States and Political Islam: A Study of U. S. Policy towards Islamist Movements in the Middle East**, Reading, Ithaca Press, 1999; “Instability in the Persian Gulf: A Threat to Western Interests”, in David Morris, Bob Haigh and Luiz Montanheiro (eds.), **Essays on International Co-operation and Defence**, Sheffield University Press, 1998; “European and American Responses to the Algerian Crisis”, **Mediterranean Politics**, vol. 3, nº 3, Winter 1998; “Some U.S. Concerns Regarding Islamist and Middle Eastern Terrorism”, **Terrorism and Political Violence**, vol. II, nº 3, Autumn 1999.

O debate ocidental sobre a democracia no mundo árabe refere o carácter excepcional da cultura política do Médio Oriente e a sua impermeabilidade às formas democráticas. Explicações de vária ordem são propostas para explicar a persistência de regimes autoritários e repressivos nesta região. Uma refere o aspecto religioso: o Islão como uma barreira ao desenvolvimento, à liberdade e à democracia. Uma visão menos sofisticada atribui as culpas à mentalidade árabe que é naturalmente inclinada para o autoritarismo¹ e incapaz de aceitar o pluralismo e a crítica. Diz-se com alguma razão que no Médio Oriente falta uma tradição contratual como a que existiu na Europa durante o feudalismo. As cidades do Médio Oriente antigas/medievais representavam mais uma *urbs* – uma aglomeração física de diferentes grupos sociais – do que uma *civitas* – um espaço de interacção e debate colectivo entre estes grupos². Nas grandes metrópoles do mundo árabe coexistiam grupos baseados em critérios como o parentesco, a ocupação, etnia ou a religião (os *ulama*, as corporações, seitas religiosas, grupos étnicos). Mas gozavam de um alto grau de autonomia, não só entre si, mas em relação ao próprio poder central. Havia, assim, uma coexistência baseada na tolerância, não na interacção. Tal explicará possivelmente a fraqueza histórica da sociedade civil³ no mundo árabe.

Alguns autores também referem que na tradição árabo-islâmica não existe a noção de liberdade assente no conceito de individualismo⁴. É que a esfera da liberdade individual é muito reduzida devido ao controle social muito forte que se faz sentir nos círculos mais íntimos, mesmo na esfera do privado por excelência, a família. A cultura árabo-islâmica é, por excelência, orgânica, comunitarista e colectivista.

As explicações são com certeza muitas e de valor diverso. Mas alguns factores objectivos podem ser apresentados, como o faz John Waterbury⁵,

1 Ver, por exemplo, Fatima Mernissi, *Islam and Democracy: Fear of the Modern World*, Nova Iorque, Addison Wesley and Longman, 1993.

2 Nazih Ayubi, *Over-stating the Arab State: Politics and Society in the Middle East*, Londres, I. B. Tauris, 1995, p. 398.

3 Ver Saad Eddin Ibrahim, "The Troubled Triangle: Populism, Islam and Civil Society in the Arab World", *International Political Science Review*, vol. 19, nº 4, Outubro de 1998.

4 Charles Amjad-Ali, "Democratization in the Middle East from an Islamic Perspective", in Elise Boulding (ed.), *Building Peace in the Middle East: Challenges for States and Civil Society*, Boulder: Colo., Lynne Rienner Publishers, 1994, p. 75.

5 "Civil Society and the Prospects for Political Reform in the Middle East" – conference report, 30 de Setembro – 2 de Outubro de 1994, Civil Society in the Middle East Project, p. 6.

para explicar o excepcionalismo do Médio Oriente, isto é, da sua não participação na terceira vaga de democratização. O primeiro é o facto do Médio Oriente persistirem variadas formas de conflito, convencional e não-convencional, o que tem reforçado os chamados “estados pretorianos” ou “estados da segurança nacional”, onde o imperativo de estar preparado para a guerra justifica a imposição do estado de emergência com a consequente supressão das liberdades e direitos. Certas forças sociais cruciais ao processo de democratização, como a burguesia, os colarinhos brancos e a *intelligentsia* têm estado subordinadas ao estado e não desfrutam da autonomia necessária a uma sociedade civil capaz de controlar o estado. Da mesma forma, instituições que desempenham um papel central no processo de democratização (imprensa, universidades, associações privadas) não têm definição jurídica ou estão mal protegidas pela lei. Certos aspectos do Islão, é certo, não são muito propícios ao desabrochar da democracia.

Paul Salem⁶ identifica outras razões para explicar a fraqueza da sociedade civil e da oposição secular no Médio Oriente: a prevalência de uma mentalidade relativamente ao jogo político como um jogo de soma nula (“winner-take-all mentality”), em que ao vencedor cabe a supremacia absoluta, estando o diálogo e o compromisso com as forças minoritárias, postos de parte. Os estados, bem como as forças de oposição, no seu discurso ideológico têm uma postura missionária o que mina a sua aceitação da tolerância pelo pluralismo de pontos de vista contrários e alternativos. Outro factor aponta para o que aconteceu na cena política do mundo árabe durante as décadas de 50 e 60, em que a direita radical e a esquerda anti-liberal ocuparam todo o espaço político, o que excluiu deste espaço representantes de tendências seculares, liberais e democráticas. Aliás, os ideais liberais foram totalmente desacreditados pelos marxistas e nacionalistas dos anos 50. Também é verdade que as forças seculares se mostraram incapazes de apresentar à sociedade um projecto que galvanizasse a população, e tal deve-se possivelmente ao carácter elitista e intelectual destas forças, cujo discurso nunca conseguiu penetrar as massas. O desenvolvimento da sociedade civil foi bloqueado pela prática dos regimes favorecerem as forças tribais como a sua base de apoio, o que fomentou não só a corrupção no aparelho de estado, como consolidou

6 *Id.*, p. 9.

tendências avessas à modernidade. Um último factor, radica no facto da sociedade internacional, especialmente as grandes potências, não se terem mostrado interessadas em fomentar a democratização destes países com receio de que tal permitisse a emergência de forças contrárias aos seus interesses económicos e estratégicos.

Mas há factores de vária ordem⁷ que, no actual contexto, se impõem aos regimes árabes e que os forçam, pelo menos, a considerar a necessidade de abrir os seus sistemas políticos. O desenvolvimento destas sociedades como resultado do processo de modernização (maiores níveis de alfabetização e urbanização) tem servido para aumentar a consciência política das populações tornando-as politicamente mais intervenientes. A revolução da informação (a proliferação de telefones, computadores, correio electrónico, fax, acesso a canais internacionais de TV, etc.) privou os regimes autoritários do seu monopólio da informação, contribuindo para a formação de uma sociedade mais informada, e, automaticamente, mais consciente.

A onda de democratização que varre o globo desde o desmoronamento do bloco comunista teve um efeito de demonstração para estes povos. O fim da URSS tornou patente de forma quase dramática como regimes autoritários têm pés de barro. A vitória do sistema capitalista/democrático validou a crença na superioridade deste sistema e motiva obviamente as exigências dos povos no sentido de uma maior participação política⁸. Factores demográficos – a expansão rápida da população, principalmente das camadas jovens, e da taxa de urbanização – aumentaram a pressão sobre os estados e diminuíram a capacidade dos regimes comprarem o silêncio da sociedade em troca de concessão de benefícios sociais. Mas, o que fez despoletar a contestação dos regimes foi a crise fiscal⁹ que atinge estes estados desde há alguns anos e que os obrigou a ceder às exigências da população para uma maior participação política.

Mas, outros desenvolvimentos regionais e locais contribuíram para a erosão da legitimidade das chefias árabes. O fim da Guerra Fria privou os

7 Ibrahim A. Karawan, "Arab Dilemmas in the 1990s: Breaking the Taboos and Searching for Signposts", *The Middle East Journal*, vol. 48, nº 3, Verão de 1994.

8 Pete W. Moore, "The International Context of Liberalization and Democratization in the Arab World", *Arab Studies Quarterly*, vol. 16, nº 3, Verão de 1994.

9 Alan Richards, "Economic Roots of Instability in the Middle East", *Middle East Policy*, vol. IV, nº 1-2, Setembro de 1995; "Crises, Elites, and Democratization in the Arab World", *The Middle East Journal*, vol. 47, edição especial, 1993.

governos árabes dos patronos – as superpotências – que os subvencionavam. O jogo em que estes países tentavam extrair concessões aos EUA e à URSS acabou, tendo os regimes árabes sido forçados a liberalizar se queriam continuar a ter acesso à ajuda e investimento estrangeiro. A alteração das condições económicas – a diminuição da renda estratégica paga pelas superpotências, principalmente no caso da URSS, e da renda petrolífera – tornou evidente que os regimes dependerão cada vez mais de rendimentos internos, pressionou-nos a alargar a base do governo.

A Guerra do Golfo e os sucessivos *rounds* de ataques contra o Iraque contribuíram igualmente para o descrédito dos regimes árabes. Ficou bem patente o falhanço de encontrar uma “solução árabe” para o problema iraquiano. A necessidade de recorrer a forças não árabes e muçulmanas para enfrentar o regime de Saddam, veio sublinhar mais uma vez a impotência das chefias árabes. As massas árabes entendem que no pós-Guerra Fria os seus países têm sido alvo de uma crescente manipulação por parte do Ocidente que está interessado em dividir e enfraquecer o mundo árabe e atribuem as culpas aos seus líderes por não saberem fazer face ao Ocidente e a Israel¹⁰. O falhanço do sistema árabe em avançar com uma solução para o conflito entre o Iraque e o Kuwait suscita sérias dúvidas quanto à possibilidade de o mundo árabe resolver conflitos que os dividem: entre a Síria e o Iraque, o Qatar e o Bahrain, Egipto e Sudão, Argélia e Marrocos, Iémen e Arábia Saudita.

No últimos anos, “democracia” tornou-se uma palavra chave na política do Médio Oriente, usada indiscriminadamente por grupos políticos dos mais variados quadrantes. O seu significado varia tendo em conta a ideologia dos que a empregam e é frequentemente usada de uma maneira que a esvazia do seu conteúdo tal como definido no Ocidente. É que o apelo à democracia é, acima de tudo, um protesto contra os actuais regimes exigindo a limitação dos seus poderes e maior participação política.

As reformas políticas que tiveram lugar dificilmente se poderiam classificar como democratização no sentido em que esta é entendida como o

¹⁰ Maria do Céu de P. F. Pinto, “O fundamentalismo islâmico e o Ocidente: um “confronto civilizacional”?”, *Política Internacional*, vol. 1, nº 13, Outono-Inverno de 1996.

governo do povo ou da maioria. Por isso há autores que preferem falar de liberalização¹¹ o que implica limitações ao poder do Estado para intervir na vida individual e colectiva.

A reforma política está na agenda de vários Estados árabes porque sectores importantes da sociedade fizeram força para que ela lá fosse colocada. O mundo árabe está envolvido numa profunda crise de legitimidade política que veio ao de cima devido à deterioração das condições de vida, nomeadamente com a redução dos serviços sociais financiados pelo Estado. Estas reformas ocorreram na generalidade dos casos como resultado de motins de rua¹².

Os regimes que organizaram eleições e empreenderam reformas políticas, à excepção do Iémen, foram forçados a fazê-lo devido aos “food” ou “bread riots”. De qualquer modo, há sinais, ainda modestos, de democracia: pelo menos as eleições estão a tornar-se numa característica regular da vida política no Médio Oriente. Pelo menos oito países árabes, que constituem mais de metade da população do mundo árabe, recentemente experimentaram competições eleitorais e/ou actividades multipartidárias¹³. É o caso do Egipto, Jordânia, Marrocos, Turquia, Iémen, Argélia e Síria.

O principal objectivo destas reformas é a manutenção dos poderes¹⁴ numa situação de grave crise socio-económica, cooptando áreas mais vastas da população, distribuindo mais amplamente a responsabilidade por futuras políticas de austeridade e canalizando para canais controláveis grupos políticos ou excluindo aqueles que fiquem fora do consenso nacional definido pelo regime. Por outras palavras, os regimes reagiram com reformas destinadas a envolver elites chave para partilhar responsabilidades no processo de implementação de medidas de austeridade¹⁵.

Os regimes responderam de forma clássica. Em primeiro lugar, ofereceram maior liberdade de expressão, principalmente à imprensa. Foi permitida a crítica aos regimes, bem como a organização de manifestações

11 Editores, “The Democracy Agenda in the Arab World”, *Middle East Report*, vol. 22, n° 1, Janeiro-Fevereiro de 1992, pp. 3-4.

12 *Id.*

13 Ver Michael C. Hudson, “After the Gulf War: Prospects for Democratization in the Arab World”, *Middle East Journal*, vol. 45, n° 3, Verão de 1991.

14 Gawdat Bahgat, “Democracy in the Arab World: An Elitist Approach”, *International Relations*, vol. XII, n° 2, Agosto de 1994.

15 Ver Gudrun Krämer, “Liberalization and Democracy in the Arab World”, *Middle East Report*, vol. 22, n° 1, Janeiro-Fevereiro de 1992, p. 24.

políticas. Um segundo passo, envolveu a eliminação de restrições à liberdade de organização, com a legalização de associações políticas e religiosas e de certos partidos políticos. Uma população atenta e um sistema judicial puderam esporadicamente controlar os abusos do poder. Mas, não é intenção dos regimes tolerar críticas às linhas básicas da política interna e externa e muito menos aceitar mudanças no governo como resultado de eleições livres e democráticas.

Em quase todos os casos, estas reformas foram impostas por instituições representando o capital internacional, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. São reformas que têm a sua fundamentação teórica no chamado “Washington consensus” que preconiza a estabilização das economias em crise através de rigorosas políticas fiscais e monetárias e a redução do papel e dimensão do estado¹⁶. O processo de reformas mais profundo deu-se no Egipto. Ora, o processo de reestruturar e liberalizar a economia egípcia requer a participação dos meios de negócios, advogados e outros profissionais, e de investidores internacionais. A Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) lançou a “Iniciativa para a Democracia” que apoia a transição para economias de mercado. Para este efeito, a democracia é a componente política para a transição de recursos produtivos da propriedade estatal para a privada. O vice-presidente do Banco Mundial, Moeen Qureishi afirma que aquela instituição está simplesmente a responder à “crescente exigência dos povos para a rápida transformação das suas sociedades para economia de mercado”¹⁷. Mas, na realidade, este programa põe mais ênfase nos pequenos negócios e iniciativas empresariais do que na representação democrática ou na participação política.

Esta contestação dos estados árabes faz-se também sentir nos ricos Estados do Golfo onde as perspectivas económicas se têm vindo a degradar como resultado dos seguintes factores: a progressiva queda, desde finais da passada década, dos preços do petróleo; a elevada factura que estes Estados tiveram de pagar pela Guerra do Golfo, pelas subsequentes operações contra o Iraque e pela manutenção das tropas americanas no seu solo. Giacomo Luciani definiu estes estados como “rentier states”¹⁸,

16 Ayubi, *op. cit.*, p. 393.

17 Citado em “The Democracy Agenda”, p. 4.

18 Hazem Beblawi e Giacomo Luciani, *The Rentier State*, Londres, Croom Helm e Nova Iorque, Methuen, 1987; H. Beblawi, “The Rentier State in the Arab World”, *Arab Studies Quarterly*, vol. 9, nº 4, Inverno de 1987.

estados que vivem da renda petrolífera onde as relações entre o poder e a sociedade são fracas porque o Estado não precisa da sociedade para sobreviver. Os rendimentos petrolíferos, controlados pelo estado, reforçam a burocracia. O estado é auto-suficiente, não precisando de cobrar impostos e a sociedade nada pode exigir porque não tem de contribuir para as despesas do estado e, por isso, não é consultada por este. Ora, mesmo essa situação está hoje a mudar: os estados do Golfo foram obrigados a cortar nos generosos serviços e benefícios que ofereciam e a população exige hoje mais participação política (o que os habitantes da antiga colônia britânica da altura, os Estados Unidos, exigiam à Coroa: “no taxation without representation”). Os estados do Golfo têm respondido a isto efectuando algumas aberturas políticas.

A Arábia Saudita é, como se sabe, há muito tempo, uma monarquia absoluta sem legislatura, partidos políticos ou constituição escrita. As promessas de criação de uma Lei Básica são quase tão antigas como o próprio reino e são renovadas de tempos a tempos. Isso aconteceu, por exemplo, em 1979 quando um grupo de fundamentalistas tomou de assalto o recinto religioso de Meca, reclamando a instauração de um estado teocrático e o afastamento do clã Saud, o que obrigou o rei a chamar as forças especiais francesas para desalojar de lá os revoltosos. Na sequência da Guerra do Golfo, a família Saud viu a contestação aumentar, sendo uma das razões o facto de ter permitido o estacionamento de tropas americanas em território saudita, o que não é permitido pela religião. O monarca acabaria por decidir elaborar uma Constituição e formar um conselho consultivo – *majlis*. Os membros deste órgão são escolhidos pelo rei e a sua competência limita-se a propor leis, não a aprová-las. De qualquer forma, o rei quis deixar bem claro os limites à sua política de liberalização: “O sistema democrático não é adequado a esta região”, disse; e acrescentou: “ as eleições não estão previstas na religião muçulmana”.

No Kuwait, o regime foi também forçado a realizar eleições após a Guerra do Golfo. De 1963 a 1975, o país teve alguma experiência de vida política com eleições, embora sem partidos políticos oficialmente reconhecidos. Mas, em 1976 e 1986, o Emir resolveu dissolver a assembleia nacional e suspender a Constituição devido a críticas que foram dirigidas ao governo e a certos ministros. Em 1990 realizaram-se novas eleições no seguimento de negociações do regime com grupos da oposição e da onda de protestos que varreu o país de Dezembro de 1989 a Janeiro de 1990. Após

a guerra, foi realizado novo escrutínio num contexto fortemente desfavorável à família reinante devido ao seu comportamento aquando da invasão do país pelos Iraquianos. E efectivamente, os resultados foram o reflexo deste descontentamento: mais de 30 dos 50 lugares da assembleia foram ocupados por elementos críticos ao regime, como independentes e Islamistas.

Os exemplos do Egipto e da Jordânia são também interessantes para mostrar os limites desta liberalização. O Egipto foi pioneiro das transições democráticas no mundo árabe. O segundo processo de democratização foi retomado em 1976, após um quarto de século de governo não democrático, no seguimento da revolução de Nasser em 1952. Vários factores têm, contudo, manchado este processo: a inércia da herança autoritária, as leis restritivas de criação de novos partidos, a prática de fraude eleitoral que dá continuamente a vitória ao partido do regime, o Partido Nacional Democrático (em inglês: NDP). Em eleições realizadas em 1984 e 1987, um novo facto político veio alterar a situação de forças no país: os Islamistas, perante a persistente recusa de Mubarak em reconhecê-los oficialmente, aliaram-se a outros partidos obtendo a segunda maior percentagem de votos logo a seguir ao partido do regime. Em 1987, aliados aos Trabalhistas e aos Liberais, formaram uma coligação intitulada Aliança Islâmica que se tornou na maior força de oposição ao governo. Já em 1990, as eleições foram boicotadas pela maior parte dos partidos de oposição devido a desacordos com o governo, o qual queria manter em vigor as leis de emergência que restringem as actividades da oposição em campanha eleitoral. As eleições de 1995, foram as mais promissoras com um grande número de candidatos a concorrerem aos 444 assentos na assembleia, incluindo 100 mulheres e 60 Coptas. Mas, a fraude eleitoral foi de tal magnitude, que motins populares rebentaram um pouco por todo o país. Mais recentemente, em 1997, as eleições foram um exercício do partido do governo gozando do monopólio eleitoral. Isto porque a persistente alienação e desconfiança face às práticas eleitorais do governo, traduziu-se num número muito pequeno de candidatos e numa fraca participação do eleitorado (20%).

A Jordânia é outro caso de um processo de liberalização limitada gerida pelo poder instituído. As primeiras eleições no país tiveram lugar em Novembro de 1989. O processo democrático tinha sido interrompido em 1967 devido à Guerra dos Seis Dias. As eleições de 1989 foram o resultado de motins populares causados pelo agravamento das condições de vida

devido ao rigor do programa de ajustamento estrutural imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A população saiu às ruas para exigir maior transparência ao governo, menos corrupção e maior participação política. Ora, o factor surpresa nestas eleições foi a irrupção dos Islamistas que vieram pôr em causa a tradicional hegemonia de grupos tribais e de certos notáveis. O rei Hussein ampliou o processo de liberalização com outras medidas: a legalização de partidos políticos, a abolição da legislação anticomunista e a elaboração de uma Carta Nacional definindo as novas regras do jogo: a Carta fala de pluralismo político e das condições para a criação de novas formações políticas. O rebentar da Guerra do Golfo aumentou a cooperação entre o rei e os Islamistas, uma vez que estes reflectiam o sentimento dominante da população: a revolta contra a intervenção ocidental no Iraque. Em 1991, o rei convidou os Islamistas a ocuparem sete pastas ministeriais. Com a participação activa da Jordânia no processo de paz encetado em Madrid em finais de 1991, os Islamistas tornaram-se nos mais ferozes críticos da acção do monarca. Este decidiu alterar as regras do jogo político modificando a lei eleitoral de que resultou, nas eleições de 1993, a perda por parte dos Islamistas de um terço dos assentos do parlamento que tinham conquistado anteriormente.

Apesar destas reservas quanto ao rumo desta liberalização, grupos políticos, sociais e religiosos – a sociedade civil – estão a exigir a protecção efectiva dos direitos humanos e maior participação política. As reivindicações vêm de todo o espectro político, dos nacionalistas e da esquerda secular, dos liberais e dos Islamistas que, nas últimas duas décadas, emergiram como a principal voz na vida intelectual e política. Formas de organização política, como os conselhos locais e associações profissionais desempenham um papel activo. Organizações de direitos humanos e de mulheres estão na vanguarda dos esforços para quebrar o monopólio autoritário do poder. Os Palestínianos têm mostrado ter uma sociedade civil dinâmica e práticas democráticas, mesmo na ausência de um Estado próprio. A exigência de democracia é assunto de encontros, conferências e estudos académicos, está inscrita na plataforma dos partidos políticos, é apoiada por associações profissionais formadas pelas classes urbanas e educadas¹⁹. Parece que esta exigência se faz sentir com menos intensidade

19 Augustus Richard Norton, "The Challenge of Inclusion in the Middle East", *Current History*, vol. 94, n.º 588, Janeiro de 1995.

nos sindicatos que, na maior parte do mundo árabe, estão incorporados e tutelados pelo aparelho estatal.

É importante ter em conta que no entender das massas árabes qualquer discussão da democracia ou democratização concebidas à luz de conceitos ocidentais é automaticamente considerada como desleal à tradição cultural e religiosa²⁰. Aliás, os Árabes denunciam a hipocrisia do Ocidente que tenta impor a democracia na região apenas quando lhe convém. Eles citam em seu favor as intervenções americanas e britânicas na zona que, por várias vezes tiveram lugar ao longo das últimas décadas, para impedir a consolidação de regimes democráticos. Essas intervenções tiveram efeitos que se fazem sentir ainda hoje e que fragilizaram a credibilidade da democracia. São episódios que estão bem vivos na memória do povo e que são usados correntemente para demonstrar como o discurso da democracia é usado de forma selectiva pelo Ocidente e para defender certos interesses. Alguns exemplos: nos anos 40, os EUA apoiaram o golpe de estado militar na Síria após o parlamento sírio se ter recusado a aprovar a concessão à Arab-American Oil Company (ARAMCO) para a construção de um oleoduto. Anos mais tarde, com a queda de outro ditador militar e a realização de eleições livres, em 1954, que resultaram na eleição de um parlamento nacionalista com uma forte componente de esquerda, Washington e Londres elaboraram juntos um plano para a tomada de poder pelos militares. Agentes da CIA e os seus colegas britânicos também colaboraram no derrube em 1953 do primeiro ministro iraniano Muhammad Musaddiq, o que veio a abrir caminho ao governo autocrático do Xá. Musaddiq era um líder nacionalista que se opunha tanto às manobras desestabilizadoras da URSS no Irão, como à política hegemónica da Grã-Bretanha na zona. Ele nacionalizou a indústria petrolífera que estava nas mãos dos Ingleses, reflectindo nesta iniciativa o ultraje nacional pela exploração dos recursos económicos do país por uma potência estrangeira. A influência comunista do partido iraniano Tudeh serviu de pretexto a mais uma intervenção americana²¹.

20 Ver, por exemplo, Sanã Osseiran, "The Democratization Process in the Arab-Islamic States of the Middle East", in Elise Boulding (ed.), *op. cit.*, p. 82.

21 Glenn E. Perry, "Democracy and Human Rights in the Shadow of the West", *Arab Studies Quarterly*, vol. 14, n° 4, Outono de 1992.

Os EUA intervieram na Jordânia em 1956 quando forças nacionalistas e nasseristas ameaçavam a liderança do rei Hussein. O rei apelou para Washington. No âmbito da “Doutrina Eisenhower”, unidades da 6ª Frota americana foram despachadas para o Mediterrâneo oriental, tendo o monarca recebido ainda uma ajuda de 10 milhões de dólares. Reforçado com este apoio, o monarca pode afirmar a sua autoridade sobre as forças armadas e demitir o partido do primeiro ministro nacionalista Nabulsi. Este acontecimento marcou a entrada da Jordânia na órbita americana. Ora, a verdade é que Washington não está muito interessado no processo de democratização da zona, se tal permitir, como parece iminente nalguns países, a chegada ao poder dos Islamistas através do processo de abertura democrática. A administração Clinton diz que a sua política externa se baseia em três pilares, um dos quais é a promoção da democracia e dos direitos humanos. No discurso de Meridian House – que define a posição dos EUA em relação ao Islão político – o anterior Secretário de Estado para o Próximo Oriente e Sul Asiático, Robert Djerejian, afirmou o empenho dos EUA em fomentar maior abertura dos sistemas políticos do Médio Oriente e a partilha do poder com a população. Apesar desta retórica da democratização, a verdade é que Washington tem sérias dúvidas relativamente à maneira como este processo poderia garantir os seus interesses políticos e económicos na zona. O que aconteceria, por exemplo, a países como a Arábia Saudita e o Kuwait – vitais do ponto de vista económico americano – se à população fosse dada a possibilidade de escolher os seus representantes? O antigo secretário da defesa e chefe da CIA, James Schlesinger, num artigo publicado na *Foreign Affairs* exprimiu as inquietações dos Americanos ao questionar “se nós seriamente queremos recomendar a democracia como a correcta forma de governo noutras sociedades”. “Talvez”, diz ele, “a questão seja mais clara se aplicada ao mundo islâmico. Queremos nós seriamente alterar as instituições da Arábia Saudita? A resposta clara é: não. Durante anos, andamos a tentar preservar aquelas instituições, por vezes em detrimento de forças mais democráticas existentes no mundo”.

Os Americanos estão conscientes que enfrentam, como disse, o actual Secretário de Estado para os Assuntos do Próximo Oriente, Martin Indyk, “stark choices” – escolhas difíceis. Trata-se de escolher entre a democracia correndo o risco de pôr tudo a perder, ou defender de forma coerente os ideais que os EUA desde há muito apregoam. É o que alguns autores designam de “democracy conundrum”: ao mesmo tempo, um dilema e

um enigma insolúvel. Disse Indyk há alguns anos atrás que as opções possíveis são confiar que o processo democrático modere as posições e a retórica islamista, ou tratar a democracia no Médio Oriente como um luxo que os regimes amigos não podem desfrutar porque tal permitiria a conquista do poder por forças antidemocráticas. Ele reconhece que o mais confortável para o governo americano, seria se este não tivesse de se pronunciar sobre este assunto. Contudo, dada a posição dos EUA como força hegemónica na zona e a intensidade do seu envolvimento no mundo árabe, tal abstenção não é consentida e tornaria a situação pior. O melhor, segundo Indyk, ao promover a democracia nesta área do mundo, seria dar prioridade a uma “proposta minimalista”: os EUA deveriam concentrar-se primeiro nos alicerces da democracia – direitos humanos fundamentais como a liberdade de expressão, reunião, religião e o respeito pela lei – cuja realização e implementação são requisitos necessários para a posterior realização de eleições democráticas.

Washington vê com bons olhos a forma como o rei Hussein da Jordânia e o presidente Mubarak do Egipto lidam com a ameaça islamista. Estes dois países são mesmo considerados modelos a apresentar aos seus vizinhos que experimentam o mesmo tipo de problemas. Em ambos os países os movimentos islamistas estão mantidos debaixo de um rigoroso controle. No caso da Jordânia, foi permitido aos Islamistas a participação no processo político, mas a sua margem de manobra foi restringida, bem como a sua capacidade de criticar a monarquia. O Egipto de Mubarak tem optado por deixar os Islamistas participarem activamente em actividades económicas e sócio-caritativas, mas não permite a sua entrada no processo político com estatuto oficialmente reconhecido. Mas, o Egipto, confronta-se ao contrário da Jordânia, com um movimento extremista que não consegue controlar.

A cautela revelada por Washington reflecte as resistências dos seus aliados regionais no Médio Oriente para quem a abertura do sistema político pode representar o seu fim. Os Islamistas são os principais defensores do sistema democrático: são a mais activa força da sociedade civil que tem estado na vanguarda do sistema de democratização. Mas, o que deixa Washington e os seus aliados árabes verdadeiramente preocupados, é que os Islamistas reclamem a democracia para conquistarem o poder e instalarem um sistema teocrático. A democracia seria, para alguns deles, mais um meio do que um fim: ela resume-se às eleições, dando-lhes a oportunidade de chegar ao poder por via legal para, de

seguida, abolir esse mesmo sistema, dissolver a oposição e instituir uma ditadura da *Sharia* (lei islâmica).

A atentar ao discurso de muitos Islamistas, há sérias razões para duvidar da natureza do seu compromisso para com os princípios democráticos. Eles falam, é certo, de direitos humanos e de pluralismo. Uma leitura atenta dos seus discursos revela um outro programa paralelo que nem sempre chega ao conhecimento público. A democracia liberal que desejam ver instituída é um Estado de lei, justiça e ordem, baseado em normas que não está ao alcance dos homens mudar: é a lei divina e sagrada imposta por Deus para todos os tempos e lugares. O pluralismo só é permitido enquanto diferença de pontos de vista que não contrariem os valores do Islão²². Doutra forma, a expressão de opiniões alternativas será considerada apostasia ou blasfêmia, com o respectivo cortejo de consequências que tais situações acarretam. Mas, onde o discurso Islamista continua parado no tempo e diverge mais da prática democrática, é no que se refere aos direitos das mulheres, minorias, não muçulmanos, agnósticos, ateus e livre pensadores.

No debate sobre o papel do Islão na vida política das sociedades árabes, duas correntes se confrontam: a primeira vê o Islão como uma força hostil ao Ocidente e em rota de colisão com este. Os defensores desta corrente argumentam que as tentativas de promoção dos ideais democráticos no mundo árabe são vãs, pois não existe uma convergência de valores entre as duas culturas. O mundo árabe não está preparado para a democracia e, por isso, é preferível manter no poder os actuais regimes autoritários: a abertura prematura dos regimes políticos e a participação dos Islamistas no jogo político, permite-lhes explorar as vantagens do sistema democrático até capturarem o poder²³.

22 Ver, nomeadamente, Gudrun Krämer, "Techniques and Values: Contemporary Muslim Debates on Islam and Democracy", in Gema Martín Muñoz (ed.), *Islam, Modernism and the West*, Londres, I. B. Tauris, 1999, pp. 186-7; "Islamist Notions of Democracy", in Joel Beinin and Joe Stork (eds.), *Political Islam: Essays from Middle East Report*, Berkeley, L. A., University of California Press, 1997, pp. 71-82; "Cross-links and Double Talk? Islamist Movements in the Political Process", in Laura Guazzone (ed.), *The Islamist Dilemma: The Political Role of Islamist Movements in the Contemporary World*, Reading, Ithaca Press, 1995.

23 Ver Samuel P. Huntington, "The Clash of Civilizations?", *Foreign Affairs*, vol. 72, n° 3, Verão de 1993; "The Islamic - Confucian Connection", *New Perspectives Quarterly*, vol. 10, n° 3, Verão de 1993. Daniel Pipes, "There Are No Moderates: Dealing with Fundamentalist Islam", *The National Interest*, vol. 41, Outono de 1995; "The Western Mind of Radical Islam", in Martin Kramer (ed.), *The Islamism Debate*, Tel Aviv, The Moshe Dayan Center for Middle Eastern and African Studies, 1997. Judith Miller, "The Challenge of Radical Islam", *Foreign Affairs*, vol. 72, n° 2, Primavera de 1993. Bernard Lewis, "Islam and Liberal Democracy", *The Atlantic Monthly*, vol. 269, n° 2, Fevereiro de 1993; "The Roots of Muslim Rage", *The Atlantic Monthly*, vol. 266, n° 3, Setembro de 1990.

Para a segunda corrente, deve ser dada aos Islamistas a oportunidade de ocuparem o poder. Para uns, a vaga Islamista é irresistível, uma força da História que não se pode travar. Outros consideram que o exercício do poder teria um efeito moderador sobre os Islamistas, limando a sua retórica excessiva, pondo-os face a face com os seus limites, forçando-os a saber negociar e encontrar plataformas de entendimento com outras forças políticas e sociais²⁴.

Os exemplos dos governos islâmicos que existem e que poderiam servir como exemplo – Irão, Sudão e Afeganistão – não são, é certo, muito encorajadores. Na Turquia, um forte aliado ocidental, uma experiência interessante poderia ter sido observada, com o governo dos Islamistas moderados do Refah, se os militares não tivessem decidido intervir e abortar o processo. As opções são, tal como dizem os Americanos, difíceis. Parece apenas que o *statu quo* não poderá ser tolerado por muito mais tempo. Aos regimes caberá gerir a mudança quando e como ela vier²⁵.

24 Ver Robin Wright, "Islam, Democracy and the West", *Foreign Affairs*, vol. 71, n° 3, Verão de 1992; John Esposito, *The Islamic Threat: Myth or Reality?*, Oxford, Oxford University Press, 1992; J. Esposito and James Piscatori, "Democratization and Islam", *The Middle East Journal*, vol. 45, n° 3, Verão de 1991; J. Piscatori, "Religion and Realpolitik: Islamic Responses to the Gulf War", in J. Piscatori (ed.), *Islamic Fundamentalisms and the Gulf Crisis*, Chicago, American Academy of Arts and Sciences, 1991; Graham Fuller, "A Phased Introduction of Islamists", in Yehudah Mirsky and Matt Ahrens (eds.), *Democracy in the Middle East Defining the Challenges*, Washington, D.C.: The Washington Institute for Near East Policy, 1993; "Islamism(s) in the Next Century", in Martin Kramer (ed.), *The Islamism Debate*; Graham E. Fuller, "Islamic Fundamentalism: No Long-Term Threat", *The Washington Post*, 13 de Janeiro de 1992; Graham E. Fuller, *Algeria. The Next Fundamentalist State?* (Santa Monica, CA: RAND, 1996), Richard Murphy and F. Gregory Gause, III, "Democracy in the Muslim Middle East", *Middle East Policy* (V), n° 1, January 1997.

25 Michael C. Hudson, "Arab Regimes and Democratization: Responses to the Challenge of Political Islam", in Guazzone, *op. cit.*, pp. 217-45; Esposito and Piscatori, "Democratization and Islam".